

Dívida mobiliária atinge R\$ 160 bilhões

Publicar
Aumento de R\$ 6,1 bilhões foi para cobrir despesas com juros e enxugar liquidez de recursos

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A dívida mobiliária federal aumentou R\$ 6,1 bilhões, em julho, para cobrir despesas com juros e enxugar a liquidez de recursos na economia. Apesar disso, houve uma expansão da base monetária (papel-moeda emitido mais reservas bancárias) de R\$ 1,941 bilhão. O saldo da dívida mobiliária efetiva atingiu R\$ 160,478 bilhões no final do mês passado em comparação com R\$ 108,488 bilhões em dezembro.

A ajuda aos bancos com as linhas de assistência de liquidez, que atingiu R\$ 4,636 bilhões, o maior fluxo de repasse de recursos da história do País em apenas um mês, foi um dos fatores que contribuíram para

a expansão monetária. O desempenho é comparável ao mês de novembro de 1995, quando o Banco Central (BC) socorreu o Banco Nacional. Há uma diferença importante no repasse dos recursos entre as duas situações.

A maior parte dos recursos repassados pelo BC no redesconto – deve ser maior do que R\$ 3,6 bilhões – se refere a operações de ajuste de liquidez. Os bancos estão com uma grande quantidade de títulos públicos em suas carteiras e para fechar as operações do dia precisam de recursos em espécie. Neste caso, podem tomar recursos no redesconto com taxas equivalentes a 1,90% ao mês.

“É uma linha que criamos para evitar que o BC

tivesse que resolver este tipo de dificuldade em operações no mercado a termo”, disse o chefe do Departamento de Política Econômica do BC, Altamir Lopes. Uma parte dos recursos liberados no redesconto atendeu as tradicionais dificuldades de bancos. As taxas de juro para instituições com problemas de liquidez, que não tenham papéis públicos para dar como garantia, são mais elevadas.

O Banco Central liberou R\$ 414 milhões de recursos na linha do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), dos quais apenas 40% foram liberados ao mercado. O ingresso de recursos e a devolução do compulsório

dos depósitos a prazo aos bancos foram outros dois fatores coadjuvantes de expansão monetária.

A autoridade monetária adquiriu liquidamente US\$ 872 milhões e injetou o mesmo valor em reais na economia. A devolução do compulsório em espécie de depósitos a prazo atingiu outros R\$ 564 milhões. A contração de liquidez foi feita com um superávit de R\$ 889 milhões nas contas do Tesouro Nacional, o recolhimento de R\$ 359 milhões de compulsório sobre os fundos de investimento e a colocação de R\$ 2,985 bilhões de papéis públicos no mercado.

Apesar da expansão monetária ocorrida em julho, as dificuldades de liquidez dos bancos foi mantida em um patamar elevado. Ao longo do mês de julho a autoridade realizou leilões de seus papéis com um volume de R\$ 500 milhões inferior ao que estava resgatando com o objetivo claro de reduzir a liquidez e estimular as operações de redesconto.

A maior parte dos bancos acabou ficando fora do redesconto por não se enquadrar nas regras fixadas pelo Banco Central, que exigem que a liberação de recursos obedeça a um sistema de

média de compulsório sobre depósito a vista. Um grande número de bancos que dispunha de títulos públicos não possuía uma boa média de depósitos a vista.

O aumento de títulos públicos em poder dos bancos, em julho, ocorreu, em parte, devido à devolução de R\$ 3,698 bilhões em papéis públicos que tinham sido recolhidos no Banco Central para atender exigências de compulsórios sobre depósito a prazo.

O saldo global dos compulsórios depositados no BC acabou caindo de apenas R\$ 41,1 bilhões para R\$ 40,4 bilhões. Isso ocorreu uma vez que a perda do compulsório nos depósitos a prazo foi compensada, em grande parte, pelo aumento no recolhimento dos compulsórios em espécie sobre os depósitos a vista. O saldo dos depósitos a vista, em espécie, subiu de R\$ 7,2 bilhões em junho para R\$ 10,3 bilhões em julho.

Os compulsórios aplicados em caderneta de poupança mantiveram-se no patamar de R\$ 9,4 bilhões em julho e dos fundos de investimentos subiram de R\$ 7 bilhões (junho) para R\$ 7,4 bilhões no último mês. A maior parte dos compulsórios recolhidos pelo Banco Central é em

depósito a vista. Uma parcela de 30% do total dos compulsórios recolhidos ao BC é constituída de papéis do Tesouro Nacional. Com a devolução do compulsório nos depósitos a prazo este percentual deverá cair nos próximos meses.

Mesmo com estas alterações no compulsório e a liberação de recursos no redesconto, o M1 (papel moeda em poder do público mais depósito a vista), no conceito de saldo em final de período, ficou em R\$ 23,265 bilhões, indicando um queda de 3,4% sobre o mês anterior. Já o mais amplo dos indicadores de poupança financeira (M4) passou de R\$ 280,7 bilhões em junho para R\$ 286,1 bilhões em julho.

O crescimento do M4 ocorreu basicamente pelo aumento da dívida pública mobiliária federal. O saldo das cadernetas de poupança caiu de R\$ 64,087 bilhões em junho para R\$ 63,855 bilhões em julho. As captações em papéis privados feitas pelos bancos caíram no mesmo período de R\$ 81,987 bilhões para R\$ 81,664 bilhões. As únicas aplicações que tiveram ganhos foram os fundos de investimentos que saltaram de R\$ 17,534 bilhões para R\$ 18,082 bilhões.

Multinacionais reduzem remessas

por Ivanir José Bortot
de Brasília

As empresas estrangeiras reduziram suas remessas de lucro ao exterior e elevaram os reinvestimentos no Brasil. Os lucros e dividendos remetidos ao exterior entre janeiro a julho de 1996 atingiram US\$ 594 milhões. No mesmo período do ano passado, foram de US\$ 2,234 bilhões. O saldo líquido do investimento direto atingiu em julho US\$ 5,013 bilhões e, nos últimos 12 meses, US\$ 7,1 bilhões.

Estudos feitos pelo Banco Central indicam que nos sete primeiros meses deste ano as empresas estrangeiras fizeram reinvestimentos de US\$ 242 milhões, superando em 20% o realizado no ano passado.

As despesas com transporte de importações, que são contabilizadas na balança de serviços, caíram de R\$ 1,4 bilhão, nos sete primeiros meses do ano passado, para R\$ 1,295 bilhão em igual período. O ingresso de recursos na forma de

transferências unilaterais, como as remessas de recursos dos dekassegus, ficou em US\$ 1,818 bilhão, 30% inferior ao do ano passado.

A conta de viagens internacionais atingiu US\$ 1,888 bilhão, 40% maior do que nos sete primeiros meses do ano de 1995. O conjunto destas operações contribuiu para reduzir o déficit de transações correntes de US\$ 12,7 bilhões entre janeiro e julho de 1995 para US\$ 9,554 bilhões nos primeiros sete meses do ano.